



ACCOUNTABILITY NAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

Thamires da Silva Brito ¹
Olívia Cristina Perez ²

RESUMO:

A pesquisa aborda um tema pouco estudado no Brasil: as práticas de accountability no terceiro setor. O objetivo é sistematizar como as organizações do terceiro setor em Santos prestam contas de suas atividades. Para tanto, identificou-se as organizações do terceiro setor no município de Santos que atuam na área de assistência social. Em seguida foram feitas entrevistas no intuito de constatar como as organizações prestam contas dos trabalhos realizados. Constatou-se que todas as instituições consideram que zelam pela transparência e credibilidade de seus projetos sociais desenvolvidos junto à comunidade, praticando accountability através de relatórios, publicação de balanços, demonstrativos financeiros e ofícios, embora suas práticas estejam mais dirigidas aos financiadores de suas atividades.

Palavras chave: Accountability. ONGs. Terceiro Setor.

ABSTRACT:

The research covers a understudied topic in Brazil: the accountability practices in the nonprofit sector. The goal is to systematize how third sector organizations in Santos are accountable for their activities. To do that, we identified the third sector organizations in the city of Santos working in the area of social assistance. Then, were interviewed in order to ascertain how the organizations are accountable for the work performed. It was found that all institutions consider themselves to be careful about transparency and credibility of their social projects developed with the community, practicing accountability through reporting, publication of balance sheets, financial statements and crafts, although their practices are geared toward funding their activities.

Keywords: Accountability. NGOs. Third Sector.

¹ Bacharel em Administração de empresas pela Universidade Paulista (UNIP/Santos). thamiresdasilvabrito@bol.com.br

² Doutora em Ciência Política e Professora titular na Universidade Paulista (UNIP/Santos). oliviaperez@yahoo

Introdução

A pesquisa aborda a *accountability* nas organizações do terceiro setor no município de Santos. Considerando que as práticas de prestação de contas das organizações do terceiro setor não são explícitas, este estudo visa descrever de que forma este processo acontece.

Accountability é um conceito moderno sobre prestação de contas e não existe uma palavra única que o expresse em português. De acordo com Mota (2006) a *accountability* consiste na relação obrigacional que determina que quando uma organização recebe verbas de alguém a mesma deve prestar esclarecimentos de seus atos.

Terceiro setor é um termo usado para nomear um conjunto de associações e organizações que atuam sem finalidade lucrativa. Tal setor tem como objetivo principal melhorar a qualidade de vida de quem precisa. (COELHO, 2000)

Dentro do terceiro setor destacam-se as organizações não-governamentais (ONGs). O termo ONGs não é reconhecido juridicamente – o Código Civil Brasileiro reconhece fundações e associações como organizações sem fins lucrativos. Mas no cotidiano as organizações do terceiro setor que dão voz e prestam serviços aos grupos vulneráveis socialmente (como crianças e adolescentes em conflito com a lei ou que fazem das ruas seus espaços de sobrevivência) são chamadas de ONGs.

Percebe-se que a delimitação das instituições que fazem parte do terceiro setor não são claras, tampouco as práticas de *accountability* nessas organizações são exploradas – os trabalhos sobre o tema geralmente têm como foco o Estado.

Logo, este campo precisa ser analisado detalhadamente, pois não se sabe de quais formas as instituições do terceiro setor prestam contas de suas atividades. Nesse sentido, este estudo visa esclarecer esta questão, contribuindo para maior transparência destas organizações.

Em suma, o objetivo do presente estudo é examinar a *accountability* em organizações do terceiro setor em Santos. Para tanto, primeiramente aborda-se o referencial teórico do presente estudo: o que é *accountability* e terceiro setor. Em seguida a metodologia da pesquisa é detalhada. Por fim são analisados dados a respeito de como e através de quais meios as organizações do terceiro setor aplicam a *accountability* em seus procedimentos organizacionais. Nas entrevistas construídas com base na bibliografia sobre o tema foram investigados os seguintes pontos: perfil da organização, o envolvimento do público atendido com a organização, quem são os principais doadores e a existência e tipos de prestação de contas. Seguem as conclusões da pesquisa.

Accountability

Segundo Perez (2010, p. 40) a palavra *accountability* tem origem no verbo inglês *account* e significa narrar, enumerar, responder para alguém. O conceito envolve responsabilidade, controle, transparência, obrigação de prestação de contas além de justificativas para as ações que realizaram ou deixaram de ser feitos. *Accountability* inclui as atividades de informar e justificar as ações, com a possibilidade de sanção. Ou seja, é uma prestação de contas que as organizações devem realizar. No Brasil de forma mais limitada o conceito de *accountability* geralmente está relacionada com prestação de contas, responsabilização e balanço social.

A maior parte das reflexões sobre *accountability* enfocam o Estado, destacando as práticas que um bom governo precisa ter. Nesse sentido a *accountability* é um importante elemento que caracteriza a boa governança no setor governamental, pois envolve a obrigação de responder pelos resultados de decisões ou ações, frequentemente, para prevenir o mau uso do poder e outras formas inadequadas de comportamento.

No terceiro setor ainda são recentes os estudos sobre o tema. No entanto, devido ao crescimento desse setor, a *accountability* tornou-se fator de sustentabilidade, uma vez que as organizações estão inseridas em um ambiente competitivo por recursos financeiros e não financeiros e aquelas que melhor atenderem às necessidades dos doadores por informações, terão maior probabilidade de captação desses recursos (TORRES et. al., 2011 p. 94).

A prestação de contas pelas ONGs é de suma importância, pois é através destas informações que são esclarecidas o que de fato se “pagou” e o que foi realizado com as arrecadações, para então ter fidelidade e credibilidade de seus contribuintes. Para complementar, segundo Paes (2006, p.489) as empresas que exercem um papel social divulgam o balanço social porque esperam, assim, ser mais respeitadas e, conseqüentemente, atrair clientes.

De fato as organizações do terceiro setor por vezes apresentam balanços sociais àqueles que financiam suas atividades. O balanço social é a demonstração que encerra a sequência dos procedimentos contábeis de um determinado exercício, evidenciando os recursos que a entidade possui: os de natureza circulante, os de natureza não circulante, aqueles que estão realmente disponíveis para a entidade e aqueles sobre os quais ela possui direitos. (PAES, 2006, p. 481).

Nota-se que as organizações do terceiro setor não são obrigadas a prestar contas de suas atividades com a possibilidade de sanção. Porém, existem mecanismos de *accountability* próprios do universo dessas organizações. Segundo Torres et. al. (2011, p. 95) todas as entidades e ONGs devem ter a preocupação de direcionar sua prestação de contas, não apenas aos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, mas também a toda sociedade, através de relatórios claros e objetivos para que todos possam compreender. Isso porque a

accountability desse setor interessa a toda comunidade. É um dos principais interessados na prestação de contas das entidades é o governo, pois é a ele que a prestação de contas é direcionada quando há contratos e convênios. Outros interessados são os financiadores, parceiros e doadores.

Existem muitas classificações acerca dos tipos de *accountability* que podem ser exercidas pelas organizações. As classificações levam em conta os *stakeholders* (atores envolvidos nos trabalhos das organizações) bem como o tipo de prestação de contas.

As classificações mais recorrentes têm o Estado como objeto de reflexão e são construídas a partir de uma metáfora espacial especialmente de cima para baixo (*accountability* vertical) e com os pares ao lado (*accountability* horizontal).

Accountability vertical refere-se às atividades de fiscalização dos cidadãos e da sociedade civil que procuram estabelecer formas de controle ascendente sobre governantes e burocratas. A principal forma de controle horizontal é o voto, além de manifestações e denúncias na mídia. Trata-se de um mecanismo para que a sociedade civil possa exigir de agentes públicos uma prestação de contas das suas práticas eleitorais.

Já a *accountability* horizontal acontece por meio do controle entre entes do próprio Estado, implicando a existência de agências e instituições estatais possuidoras de poder legal para de fato para realizar ações que vão desde a supervisão de rotina até sanções legais contra atos delituosos. (BARROS, 2008 p. 34). Ou seja, a *accountability* horizontal ocorre através da mútua fiscalização e controle existente entre os poderes (os freios e contrapesos), ou entre os órgãos, por meio dos Tribunais de Contas ou Controladorias Gerais e agências fiscalizadoras. (PALUDO, 2011, p.3).

Taylor e Buranelli (2005, p.06), em um dos poucos estudos nacionais sobre *accountability* horizontal, definem *accountability* como processo de responsabilização: “processo de garantir que os governos e seus membros atuem sempre em acordo com o interesse público” e o distingue, analiticamente, em três estágios: de monitoramento, investigação e punição. A atenção dos autores está centrada em casos de corrupção, no controle da probidade e não no controle do desempenho da implementação de políticas públicas. Para os autores, a eficácia das instituições de controle depende de uma maior articulação de seus esforços, que estariam muito concentrados e sobrepostos na área de investigação, deixando de lado atividades fundamentais como a prevenção e a efetiva punição de atos de corrupção.

No caso das organizações sem fins lucrativos, Keohane e Grant (2005) descrevem sete mecanismos de *accountability* que podem funcionar no âmbito da política mundial. Quatro deles seguem o princípio de delegação (hierárquica, de supervisão, fiscal e legal) e três o princípio de participação (de mercado, de pares e de reputação pública). No caso das

ONGs, as mesmas estariam sujeitas somente ao mecanismo de *accountability* fiscal, isto é, seriam responsabilizadas por seus principais doadores. (KEOHANE e GRANT, 2005, p.38). Já de acordo com Kumar (1995), existem três tipos de *accountability* que frequentemente ocorrem em entidades sem fins lucrativos: *accountability* com sanções; explicativa e responsiva. A *accountability* com sanções enfatiza que a organização ao mesmo tempo em que é obrigada a prestar contas de seu desempenho para todas as partes envolvidas e interessadas, deve levar em conta que aqueles a quem são prestadas contas têm o poder e a capacidade de aplicar sanções. *Accountability* explicativa exige que a prestação de contas detalhe as ações da organização, seja verbalmente, por escrito ou formalmente, por telefone, *e-mail* (mensagens), carta ou pessoalmente. Por fim, a *accountability* responsiva acontece quando a organização leva em consideração as visões daqueles a quem presta contas.

Terceiro Setor

O terceiro setor é um conceito construído a partir da separação entre Estado, mercado e sociedade civil - primeiro, segundo e terceiro setores da sociedade, respectivamente. Fazem parte do terceiro setor as ações da sociedade civil, independentes do mercado (responsável pelo lucro) e do Estado (responsável pelas questões públicas). São inúmeras as organizações que atendem públicos e causas diversas: deficientes, crianças, meio ambiente, etc. Tais organizações são vistas como a esperança para a concretização de serviços e projetos que o governo não realiza da forma desejada.

Segundo Paes (2006), são inúmeros os termos utilizados para definir essas organizações, pode ser observado que todas elas trabalham quase sempre com a mesma finalidade e possuem diversos pontos em comum como:

- São mantidos financeiramente através de doações de empresas públicas ou privadas.
- Contam com uma grande quantidade de mão de obra voluntária (que não recebem remuneração pelo trabalho).
- São formadas por população que se organizam de maneira voluntária como colaboradores.
- Atendem a população em suas necessidades básicas.

Portanto, para que essas organizações sejam definidas como instituição sem fins lucrativos do terceiro setor é necessário que elas reúnam, simultaneamente, todas estas características. Consequentemente terceiro setor pode ser conceituado como aquele composto pelo conjunto de entidades que preenche os requisitos exigidos e que tenha como objetivo e finalidade o desenvolvimento de ações voltadas à produção do bem comum.

Juridicamente não são reconhecidos os termos terceiro setor, ou organizações da sociedade civil ou ainda ONGs. O código Civil brasileiro reconhece as fundações privadas (compostas por capital privado e fiscalizadas pelo Ministério Público sem possibilidade de alterar suas funções iniciais); e as associações (formada pela reunião de pessoas que expressam a organização e objetivo da associação em estatuto registrado em Cartórios). A partir de 2003 são reconhecidas também as organizações religiosas.

Especificamente, a fundação tem como finalidade o proveito dos seus destinatários. De acordo com Paes (2006), a origem de uma fundação acontece a partir da disponibilidade e iniciativa de personalidades jurídicas que disponibilizam o patrimônio para serviços sociais.

Já as associações são compostas por personalidades jurídicas, criada através de reunião ou o agrupamento de pessoas para a realização de objetivos comuns sem a finalidade lucrativa. Logo, pode ser compreendida como uma forma de reunião de pessoas para colocar em prática atividades e conhecimentos com o mesmo objetivo, sem a intenção de lucros.

Segundo Paes (2006) as associações podem realizar negócios para aumentar seu patrimônio, mas esses não devem gerar ganhos aos seus associados, mesmo que isso traga lucro para a entidade.

A partir dessas informações apresentadas, pode-se chegar a conclusão de que, apesar de serem constituídas para alcançar um mesmo objetivo, as associações e fundações possuem aspectos que diferenciam uma da outra.

Com base em alguns dados de Paes (2006) e Szazi (2006), no quadro 1 estão resumidas as principais diferenças entre as associações e fundações:

Quadro 1 – Associações x Fundações

Associações	Fundações
Fins próprios (dos sócios)	Fins alheios (do instituidor)
Patrimônio: sócios vão formando	Patrimônio: fornecido pelo instituidor
Deliberações livres	Deliberações delimitadas pelo instituidor e fiscalizadas pelo Ministério Público

Fonte: Paes (2006), Szazi (2006).

No entanto, comumente as organizações do terceiro setor sejam elas fundações ou associações são chamadas de organizações não-governamentais (ONGs) ou de entidades, embora na literatura as ONGs sejam definidas mais como organizações *advocacy*, no sentido de darem voz a grupos mais vulneráveis. De acordo com Tachizawa (2007) as Organizações Não Governamentais (ONGs) são entidades do terceiro setor, isto é, são da

sociedade civil e de caráter privado, cuja função é desenvolver trabalhos sem fins lucrativos. A área de atuação das ONGs é bem diversificada: social, saúde, ambiental, grupos de proteção à mulher, tratamentos de dependentes químicos, etc.

Segundo Tachizawa (2007) as ONGs passaram a existir nos anos do regime militar, junto com um período de modernização surgindo uma nova sociedade organizada. Um fator muito importante para sua existência foram os inúmeros casos de emergência na época, como AIDS, crianças de ruas entre alguns outros. O papel das ONGs é procurar novos caminhos para ajudar no crescimento social. A função dessas instituições da sociedade civil é promover a mudança da realidade de boa parte da população

Ainda para Tachizawa (2007), as ONGs foram deixando aos poucos de ter um caráter predominante localizada e expandindo para atingir um público amplo sem deixar clara sua prioridade para o nível local.

De fato, a década de 1990 assistiu uma nova forma de relação entre ONGs e governo, com a multiplicação e institucionalização da participação da sociedade civil organizada nos programas do Estado. O Estado tornou-se parceiro das ONGs na formulação e execução de diversos projetos e serviços, em diversas áreas, tais como: saúde, educação e meio ambiente. (PEREZ, 2010). Nesse trabalho, cabe ao Estado normatizar e financiar os serviços que são executados pelas organizações.

Além do governo como financiados, tais organizações recebem doações de empresas e pessoas físicas. Também existem também muitas associações que conseguem obter recursos através da organização de festas, jantares, bazares e venda de produtos, etc.

Metodologia

O objetivo da investigação foi levantar como as organizações do terceiro setor praticam *accountability* e para tanto foram feitas entrevistas com as organizações do terceiro setor que atuam na área de assistência social em Santos e que são cadastradas no órgão competente.

A pesquisa é qualitativa pois foram feitas entrevistas com perguntas abertas mas estruturadas. As respostas foram agrupadas segundo sua semelhança e depois organizadas sob a forma de gráficos para melhor visualização do leitor. Trata-se de uma pesquisa levantamento já que todas as organizações que atuam na área de assistência social e que tinham cadastro junto ao órgão responsável pelo cadastramento das organizações de assistência social (o Conselho Municipal de Assistência Social) foram investigadas.

A área da assistência social foi escolhida por possuir um número significativo de organizações do terceiro setor. Para identificar as organizações foi realizado contato com o

Conselho Municipal de Assistência Social que forneceu uma lista composta por oito organizações no total.

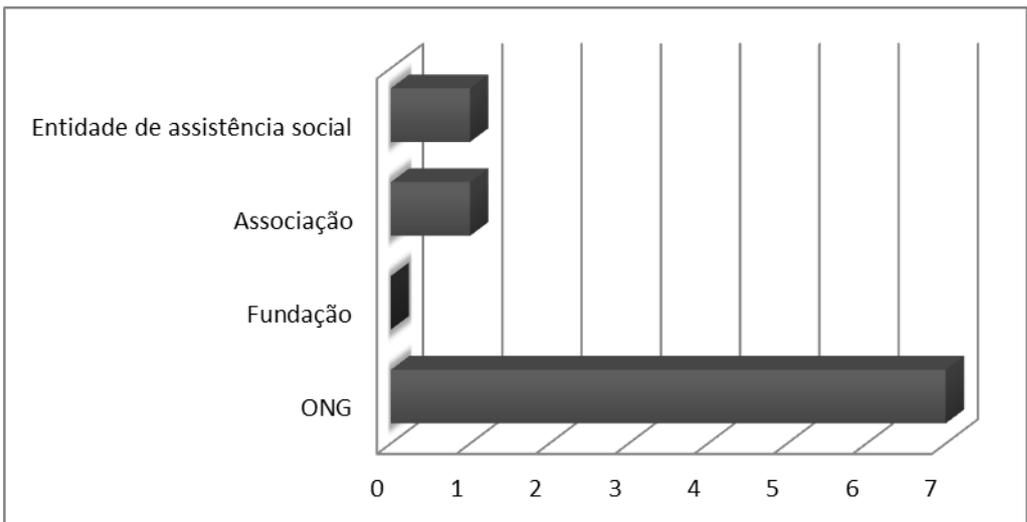
Nas oito organizações foram feitas entrevistas estruturadas no segundo semestre de 2013. As entrevistas foram confeccionadas com base na bibliografia sobre o tema. Optou-se pelas entrevistas estruturadas para que os gestores das organizações pudessem eles mesmo listarem como se classificam e como praticam *accountability*. Assim a pesquisa consegue captar o que pensam e como fazem os sujeitos. Ademais, não existe literatura suficiente sobre *accountability* no terceiro setor para que as opções de perguntas fossem fechadas.

Especificamente, primeiramente investigou-se o perfil das organizações (como as organizações se auto classificam; quando elas foram criadas, e o vínculo dos colaboradores com a organização). Em seguida são expostas questões relativas à divulgação dos trabalhos, participação do público atendido na organização e as fontes de recursos. Seguem as questões que tratam da *accountability* nas organizações: existência da prestação de contas, as formas de prestação de contas, a existência de algum tipo de obrigatoriedade para a prestação de contas, a importância da prestação para obtenção de novos recursos e o grau da prestação de contas segundo a auto declaração da organização.

Resultados

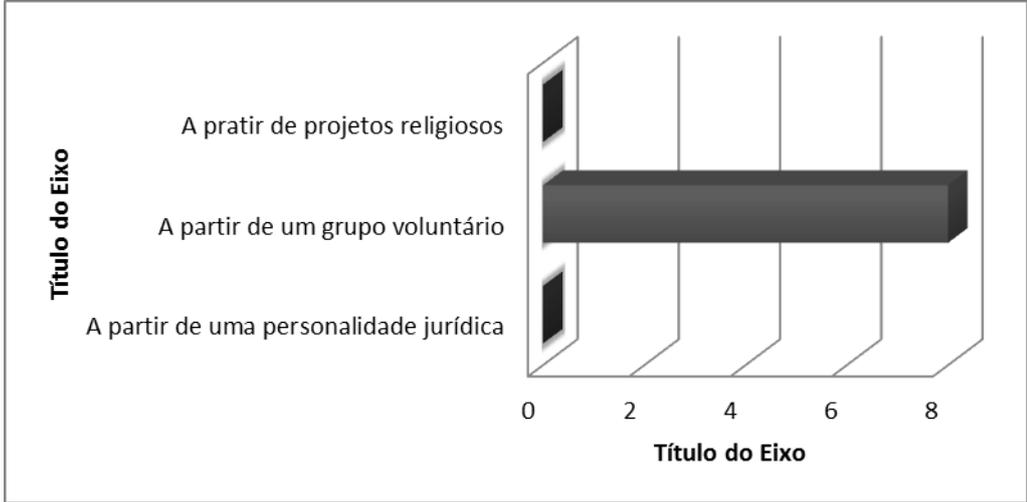
A seguir são apresentados de forma sistematizada os dados coletados através das entrevistas com as oito organizações. Nota-se que as perguntas eram abertas, logo admitiam mais de uma resposta, por isso em vários gráficos a soma das respostas não é oito – o total de entrevistas realizadas. Em muitos gráficos são apontadas possibilidades de respostas que não obtiveram nenhuma menção, apenas para que fique claro que opções apontadas pela literatura não foram mencionadas pelos entrevistados.

Gráfico 1 – Classificação da organização



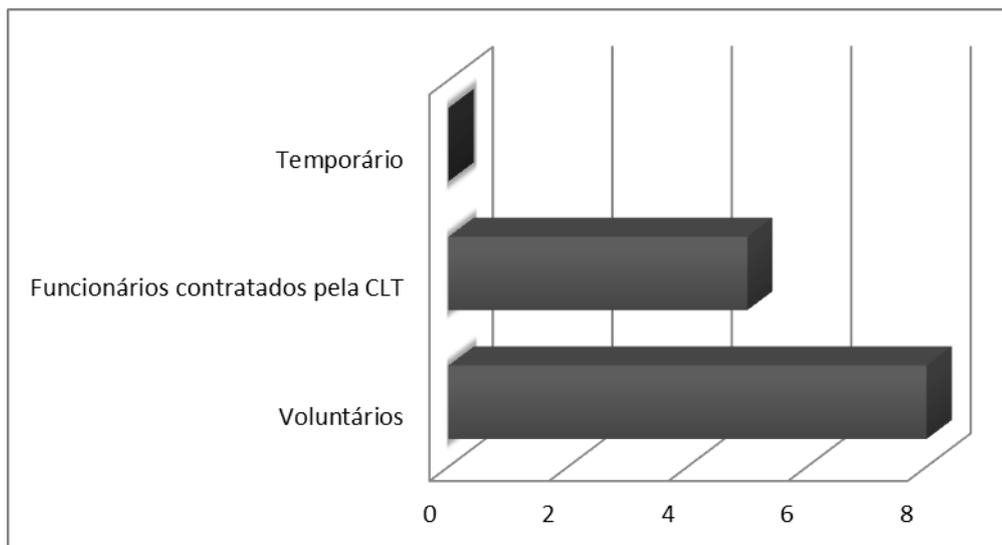
A maioria das instituições se auto classifica como ONGs, enquanto somente uma se classifica como entidade e associação. A questão permitia mais de uma resposta. Comumente as organizações são chamadas de ONGs, embora só sejam reconhecidas juridicamente as associações ou fundações. Isso demonstra a ausência de conhecimento acerca das normas e definições jurídicas aplicadas ao terceiro setor.

Gráfico 2 – Criação da organização



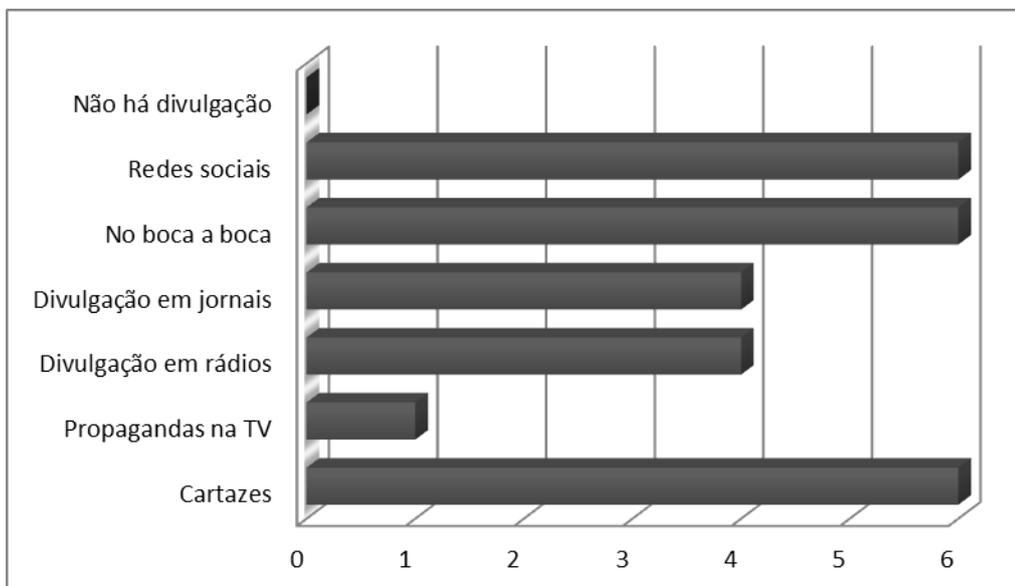
Todas as organizações foram criadas a partir de um grupo de voluntário. Logo, juridicamente tratam-se de associações, já que são criadas por um grupo de pessoas e não a partir de um patrimônio prévio – esse último característico de fundações. Nota-se novamente que a legislação prevê dois tipos de organizações (associações ou fundações) enquanto as organizações se auto classificam pelo nome popular ONGs.

Gráfico 3 – Classificação dos colaboradores



De acordo com a pesquisa aplicada, todas as instituições possuem voluntários e cinco delas possuem também funcionários contratados pela CLT. A ênfase do voluntariado remete à própria criação da instituição, já que as mesmas foram criadas por grupos de voluntários. De acordo com Paes (2006) uma das características das organizações do terceiro setor é a presença de voluntários, o que é confirmado com os dados do gráfico 3.

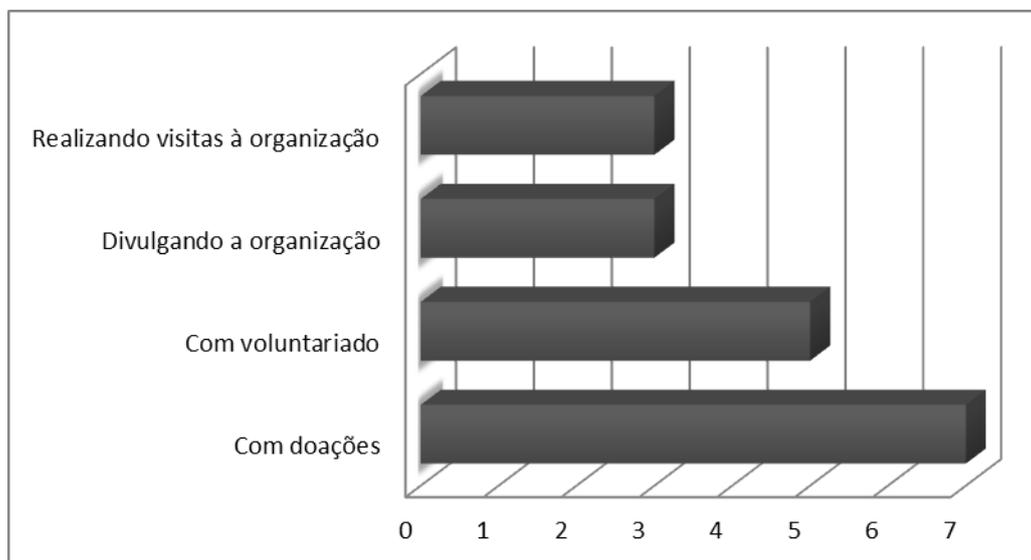
Gráfico 4 – Divulgação dos trabalhos realizados



Quase todas as instituições divulgam suas atividades através das redes sociais, do “boca a boca” e ainda utilizam-se de cartazes. Quatro delas também informaram que fazem a divulgação em jornais e rádios. Apesar da grande disseminação de propaganda através de rede sociais os

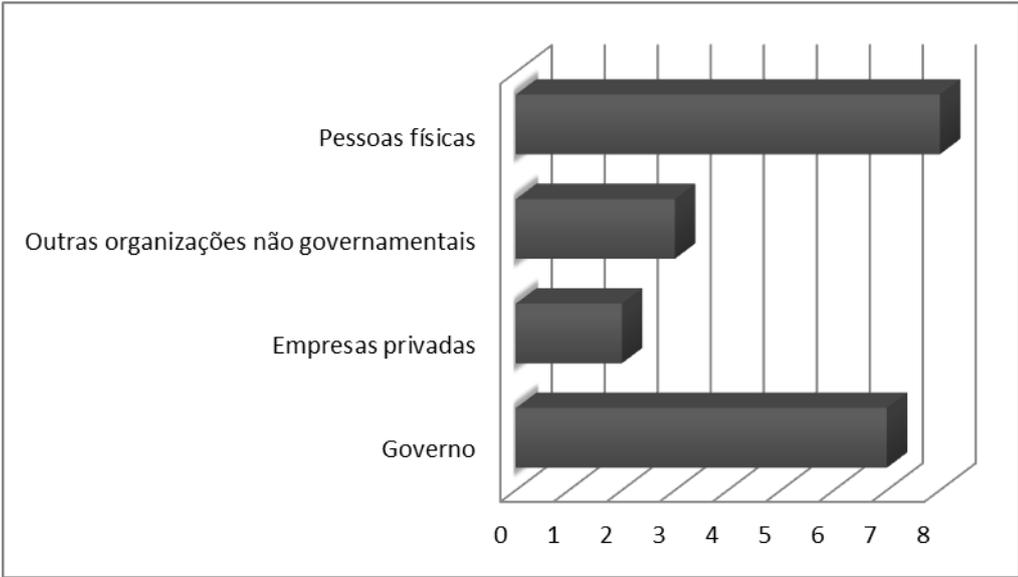
cartazes não foram retirados de circulação, o famoso “boca a boca” acontece a partir principalmente de eventos criados pela própria instituição, como forma de atrair a sociedade para suas atividades e fins. Nota-se a pouca profissionalização da divulgação.

Gráfico 5 – Formas de participação do público



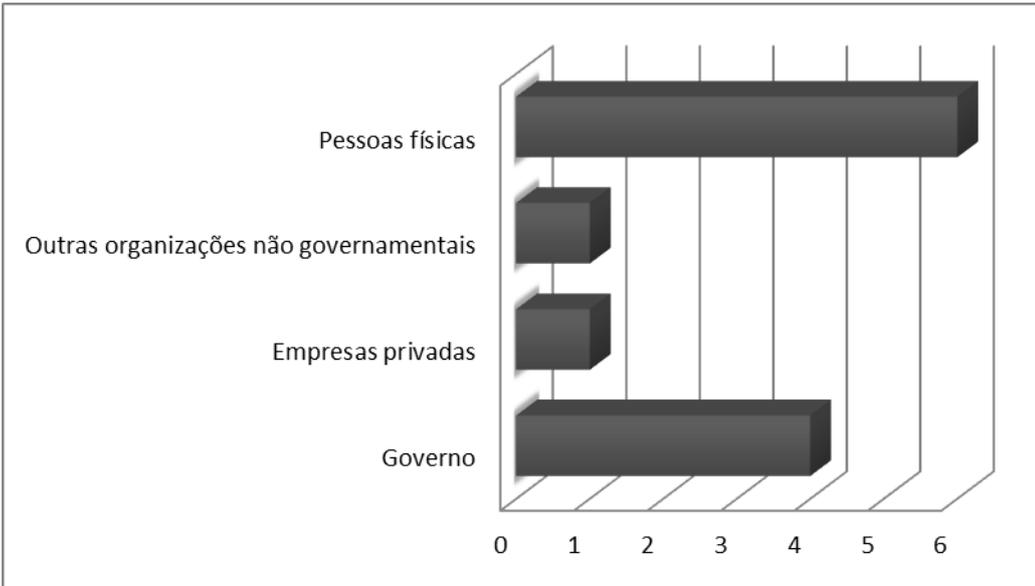
Quase todas as instituições informaram que o público participa realizando doações, e cinco também com voluntariado, três delas também informaram que eles realizam visitas e outras três que o público atendido auxilia na divulgação das instituições. As instituições informam que o público é bastante ativo nesta participação, sempre demonstrando bastante interesse e curiosidade, pois além das próprias doações, realizam voluntariado, divulgam as mesmas e realizam visitas aos beneficiados. Ou seja, o público atendido participa como beneficiário ou voluntário.

Gráfico 6 – Doadores



Em relação às doações, todas as instituições informaram que recebem doações de pessoas físicas, sendo que sete delas também informaram que recebem doações do governo, três também contam com doações de outras instituições, e apenas duas também recebem doações de empresas privadas. Esses dados confirmam o que foi descrito por Paes (2006), ou seja, uma das principais características do terceiro setor é que o mesmo recebe doações de empresas e pessoas físicas e, também, repasse de verbas públicas.

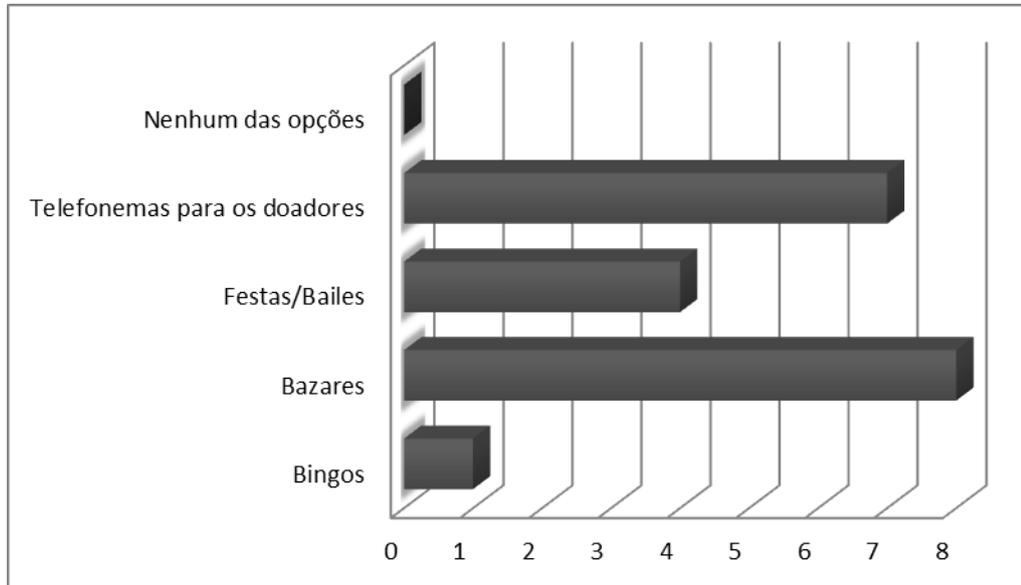
Gráfico 7 – Principais doadores



Seis instituições informaram que seus principais doadores são as pessoas físicas, sendo que quatro delas também informaram que recebem principalmente verba do governo. Uma ainda recebe doações de outras instituições e mais uma de também empresas privadas. Perez (2010)

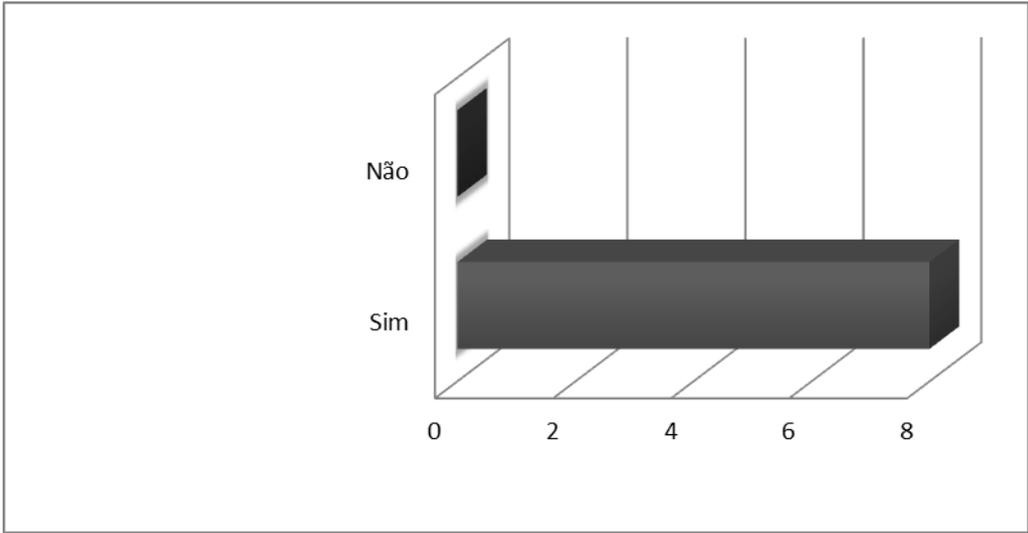
aponta a parceria entre ONGs e governo, mas as pessoas físicas seguem sendo as principais doadoras.

Gráfico 8 – Atividades para auxiliar na arrecadação



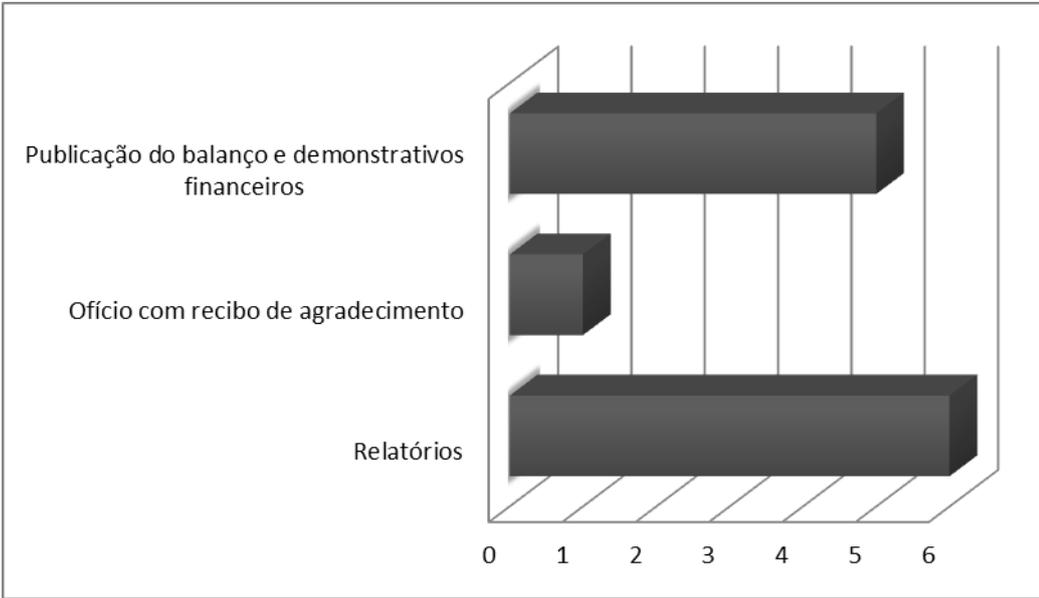
Os bazares são uma importante fonte de recursos, seguidos dos telefonemas para os doadores, festas/bailes e apenas uma organização também realiza o bingo. Através dos bazares, que em sua maioria são de roupas doadas pelos próprios voluntários, as instituições conseguem alavancar seus recursos financeiros, assim como os telefonemas os quais permitem que o doador realize depósitos bancários. As festas e bailes são promovidos pelos parceiros ou pela própria Prefeitura, sensibilizando grandes empresários e empresas da região para contribuir com cada instituição.

Gráfico 9 – Existência da prestação de Contas



Todas as instituições informaram que prestam de contas das suas atividades. Como demonstra a literatura, a *accountability* tornou-se fator de sustentabilidade, uma vez que as organizações estão inseridas em um ambiente e aquelas que melhor atenderem às necessidades dos doadores por informações, terão maior probabilidade de captação desses recursos (TORRES et. al., 2011 p. 94).

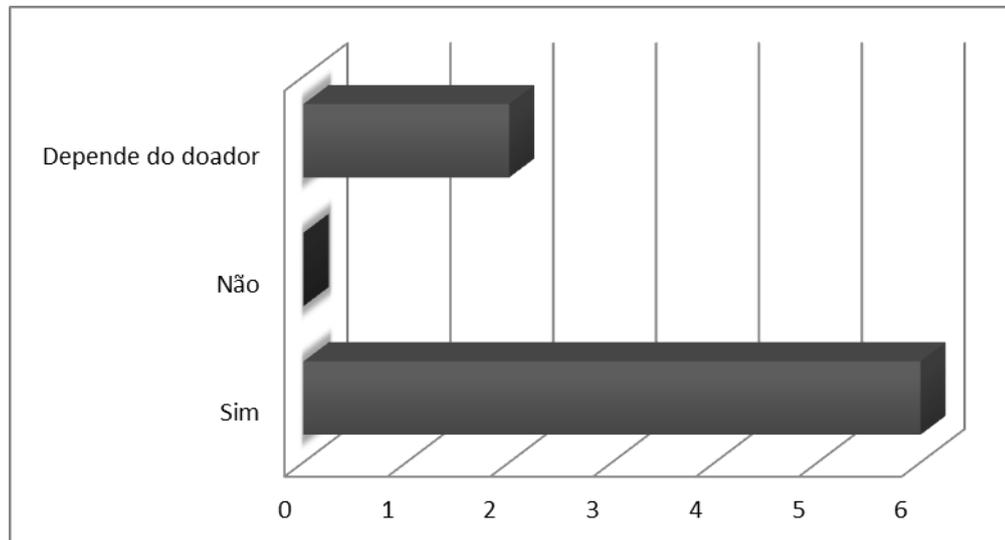
Gráfico 10 – Formas de prestação de contas



A maioria das instituições informaram que emitem relatórios para seus doadores, e quatro delas também publicam o balanço, apenas uma também informou que emite um ofício para agradecimento. Normalmente é realizada mensalmente e por fim gerado um relatório geral no fim de cada ano. Tais relatórios possuem objetivo de esclarecer tudo o que a instituição

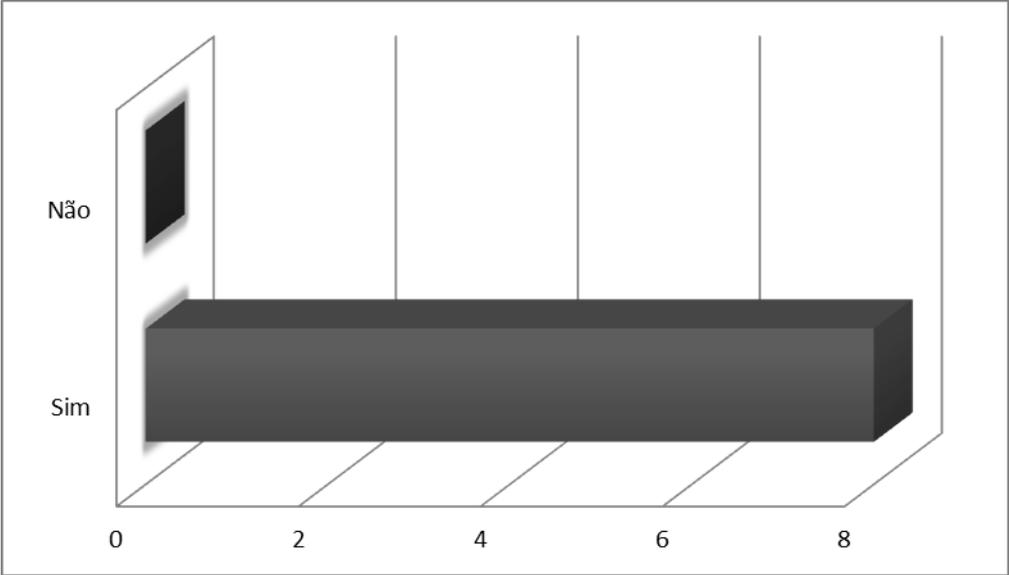
faz com as doações para a mesma não perder credibilidade e fidelidade de seus doadores. O balanço social já tinha sido apontado por Paes (2006, p.489) como uma das formas de prestação de contas que levam as organizações a serem mais respeitadas.

Gráfico 11 – Existência de algum tipo de obrigatoriedade



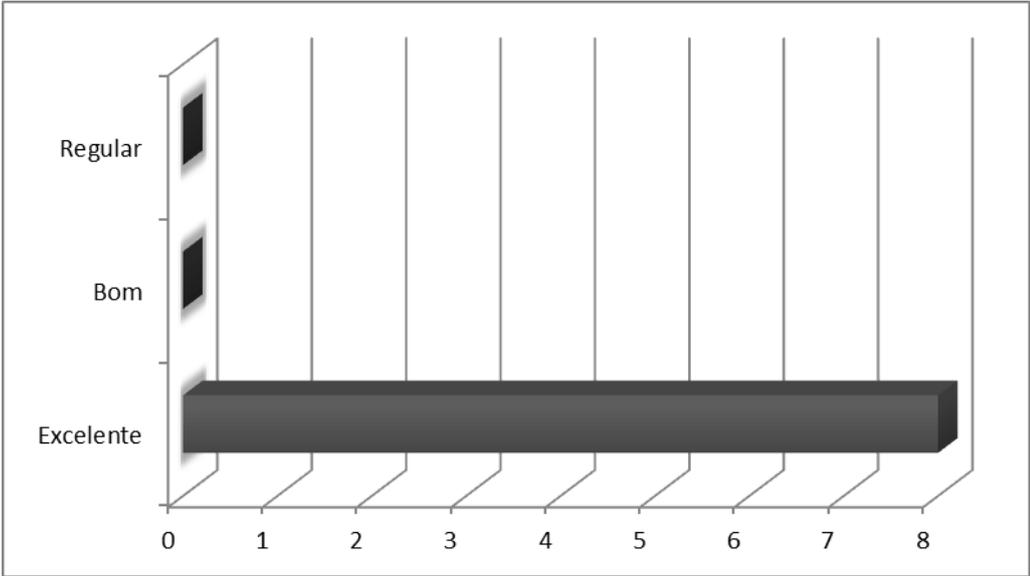
Quase todas as instituições informaram que existe a obrigatoriedade para prestação de contas, e apenas duas informaram que depende do doador. Mota (2006) entende que *accountability* “consiste na relação obrigacional que determina que quem recebeu um múnus de alguém deve prestar esclarecimentos de seus atos, motivando-os, e, se apurada alguma irregularidade, estará sujeito a sanção”. Entidades que se importam com a prestação de contas têm o objetivo de continuar com seus doadores e ganhar a fidelidade de outros parceiros. Ao receber qualquer tipo de doação do governo é preciso realizar prestação de contas, a recomendável esclarecer o que está fazendo com os valores recebidos são importantes para não perder a doação. A mesma recomendação se aplica aos doadores avulsos, isso fortalece a fidelidade dessas doações. Esses dados demonstram que a prestação de contas é mais direcionada ao doador, especialmente quando as organizações enfatizam que “depende do doador” a obrigatoriedade de prestação de contas.

Gráfico 12 – Importância para obtenção de novos recursos



Todas as instituições informaram que suas práticas de prestação de contas são importantes para obtenção de novos recursos. Novamente, o destaque são os doadores como destinatários e agentes centrais nas práticas de *accountability*. E um dos principais interessados na prestação de contas das entidades é o governo, pois é a ele que a prestação de contas é direcionada em conformidade com a lei, com os contratos e convênios. Outros interessados são os financiadores, parceiros e doadores (TORRES *et. al.* 2011, p.95).

Gráfico 13 – Grau da prestação de contas



Todas as instituições informaram que o grau das prestações de contas é excelente. Segundo Torres *et. al.* (2011, p.95) todas as entidades e ONGs devem ter a preocupação de direcionar sua prestação de contas, não apenas aos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, mas

também a toda sociedade, através de relatórios claros e objetivos para que todos possam compreender. As próprias organizações consideram que são exitosas nessa prática.

Conclusão

Este estudo teve como objetivo principal identificar como as organizações do terceiro setor em Santos praticam a *accountability*. Para tanto, foi sistematizado que é a *accountability*, o terceiro setor, identificando as organizações pertencentes e este grupo em Santos e de que forma elas prestam contas de suas atividades a todos os seus *stakeholders*.

Após a análise dos dados coletados foi constatado que todas as instituições consideram que zelam pela transparência e credibilidade de seus projetos sociais desenvolvidos junto à comunidade, praticando a *accountability*, através de relatórios, publicação do balanço e demonstrativos financeiros, e de ofícios como forma de agradecimento. No entanto, as práticas de prestação de contas se direcionam mais aos grandes doadores, o que pode ser observado pelo tipo de prática e instrumento utilizado.

Em que pese as diversas direções e atores que podem estar envolvidos nas práticas de *accountability* de uma organização, segundo, Keohane e Grant (2005) as ONGs só estariam sujeitas mecanismo de *accountability* fiscal, isto é, seriam responsabilizadas por seus principais doadores. (KEOHANE e GRANT, 2005, p.38). Isso pode ser observado na pesquisa na medida em que as organizações enfatizaram que a prestação de contas depende do doador e é importante especialmente para a obtenção de novos recursos.

Considerando os três tipos de *accountability* que frequentemente ocorrem em entidades sem fins lucrativos apontados por Kumar (1995): *accountability* com sanções, explicativa e responsiva; conclui-se que a organizações pesquisadas exercem a *accountability* explicativa e podem receber sanções, na medida em que detalham suas práticas e declararam que são obrigadas a tal, mas sem considerar as visões daqueles a quem presta contas (*accountability* responsiva).

Logo as organizações praticam *accountability* direcionada e pensando nas sanções dos financiadores: eles sim controlam as atividades das organizações. Mas como os instrumentos utilizados são ofícios de agradecimentos, balanços e relatórios financeiros, os pequenos doadores não ficam a par da forma como suas doações foram utilizadas. Então, trata-se de uma prática de *accountability* dirigida aos grandes financiadores que no mínimo tem a *expertise* necessária para ler balanços e demonstrativos financeiros.

Referências

- BARROS, J. L. R. *Qualidade da democracia e accountability: o Brasil pode ser medido?* CÂMARA DOS DEPUTADOS, Brasília. 2008.
- COELHO, S. C. T. () *Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Senac, 2002.
- KEOHANE, R. & O. Grant, R. W. (). Accountability and Abuses of Power in World Politics. *The American Political Science Review*, 99(1), 29-43, 2005.
- KUMAR, S. O gerenciamento da *accountability* em ONGs; In: Neves, M.; Costa, Delaine M. *Gênero e Ong's: Propostas para o fortalecimento institucional*. Rio de Janeiro: IBAM/ENSUR/NEMPP, 1995.
- MOTA, A. C. Y. H, A. *Accountability no Brasil: os cidadãos e os seus meios institucionais de controle dos representantes*. 250 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Doutorado)—Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- PAES, J. E. S.. *Fundações, Associações e Entidades de Interesse Social: Aspectos Jurídicos, Administrativos, Contábeis, Trabalhistas e Tributários* 6. Brasília: Brasília Jurídica, 2006.
- PALUDO, A. V. *Orçamento Público e Administração Financeira e Orçamentária e LRF*. Rio de Janeiro: CAMPUS, 2011.
- PEREZ, O. C. A Representação em Arenas Extraparlamentares: Os Conselhos Gestores de Políticas. 174 f. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- SZAZI, E. *Terceiro setor: regulação no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, 2006.
- TACHIZAWA, T. *Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação*. São Paulo: Atlas, 2007.
- TAYLOR, M. & Buranelli, V. *Acabando em pizza: O processo de responsabilização pela corrupção no governo federal*. Trabalho apresentado no Encontro da ANPOCS, 2005.
- TORRES et. al. Accountability e Prestação de Contas das Organizações do Terceiro Setor: Uma Abordagem à Relevância da Contabilidade. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, jul/dez, 2011.